

Pesquisa revela que greve foi improdutiva

Maioria dos argentinos considera que a paralisação 'não mudou o rumo da economia do país'

ARIEL PALACIOS

Especial para o Estado

BUENOS AIRES – A greve geral de 36 horas realizada na quinta e sexta-feira pelas três centrais sindicais argentinas não teve resultados concretos. Este é resultado de pesquisa feita pelo Centro de Opinião Pública (CEOP), apontando que 76,7% dos argentinos consideram que a greve “não serviu para mudar o rumo da economia”.

A pesquisa também indica que 61,7% das pessoas aderiram à greve por temor a represálias: apedrejamento de veículos e de comércios aberto. Além disso, 57,7% dos pesquisados sustentam que os sindicatos organizaram a greve pensando nas próprias preocupações, como a reforma da Previdência, que lhes removerá das mãos os sistemas de saúde.

A “inutilidade” da greve foi a constante da maioria das análises: o ex-diretor do jornal *The Buenos Aires Herald* James Neilson comparou a greve com o ataque da cavalaria polonesa contra os panzers alemães em 1939: “Os tempos mudaram e os velhos métodos não serviram para nada.” Neilson compara que enquanto uma greve de 36 horas em 1960 forçou o governo a fazer concessões, uma greve similar, 40 anos depois, mesmo com sucesso, não

causa efeito algum.

Admitindo que o governo não se intimida com a paralisação, o analista José Pasquini Durán diz que a greve foi uma advertência ao presidente Fernando de la Rúa, que em menos de um ano enfrentará eleições para renovar metade do Parlamento: “Não há nada mais corrosivo que a desilusão popular. Os mercados não salvaram os partidos tradicionais da Venezuela nem o partido de Fujimori no Peru.”

Os analistas também consideram que a greve serviu para “descomprimir” as elevadas tensões sociais das últimas semanas. A utilização dos piquetes como protesto descarregou a frustração popular de forma concentrada em dois dias. Essa análise foi admitida pelo próprio líder da CGT dissidente, Hugo Moyano.

**MUITOS
ADERIRAM AO
MOVIMENTO
POR MEDO**

Previdência – O governo decidiu que a reforma da Previdência, um dos pivôs da greve geral, será enviada ao Congresso nesta segunda-feira. Com

isso, De la Rúa abandona a idéia de implementá-la por decreto, o que causaria problemas dentro da coalizão de governo. Dentro do Congresso não teria problemas para aprovar a reforma: como garantia, o presidente conta com o pacto acertado com os governadores do Partido Justicialista (peronista).

O governo tem urgência de aprovar a reforma: ela é uma das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em troca o órgão liberaria a ajuda financeira que o país precisa para evitar a suspensão de pagamentos da dívida externa pública.

Não há data definida para a votação da reforma, mas calcula-se que ocorreria na semana que vem, depois de o Congresso aprovar o Orçamento, previsto para terça-feira. De la Rúa pretende implementar as reformas e anunciar a ajuda do FMI antes de cumprir um ano de mandato, no dia 10 de dezembro. Uma missão do FMI já está no país.